

Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora



**DESIGUALDADES E
VIOLÊNCIAS NO
CAPITALISMO NEOLIBERAL**

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora

DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

AUTORAS E AUTORES

Adjaime de Freitas Cadete
Adriana Rodrigues Cunha
Adriana Siqueira Marreiro Magalhães
Aline Mattos Fuzinatto
Ana Kelma Cunha Gallas
Beatriz Gershenson
Carmem Letícia dos Santos
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Elaine Ferreira do Nascimento
Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais
Gabriela Dutra Cristiano
Gorge André Lando

Inês Castro Apreza
Jordôa Moreira Leite
Lucas Catarino Pereira de Sousa
Maria D'Alva Macedo Ferreira
Marisol Alcocer Perulero
Marta Bramuci de Freitas
Míriam Tháís Guterres Dias
Olívia Cristina Perez
Rodrigo Aragão da Silva
Rosa Icela Ojeda Rivera
Rosilene Marques Sobrinho de França
Tamires Nogueira Santos
Teresa Cristina Moura Costa

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Olivia Cristina Perez

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Solange Maria Teixeira (Coordenadora)

Jairo de Carvalho Guimarães

(Coordenador Adjunto)

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olivia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

**Comitê Editorial ad hoc**

Anabella Pavão da Silva (UNESP/Franca)

Juliano Vargas (PPGPP/UFPI)

Marfisa Martins Mota de Moura (UNIFSA)

Mauriceia Lígia Neves da Costa Carneiro
(DSS/UFPI)

Renato Tadeu Veroneze (UEMG)

Edição e Normalização Bibliográfica

Rosilene Marques Sobrinho de França

Ana Kelma Cunha Gallas

Projeto Gráfico e editoração eletrônica

Wellington Silva

Capa

Tiago Marques de França

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

D457 Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal / Rosilene Marques Sobrinho de França, organizadora ; Adjaimé de Freitas Cadete ... [et al.], autores e autoras. -- Teresina : EDUFPI : LESTU, 2025.

E-book.

ISBN: 978-65-5904-363-7

DOI: [10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7](https://doi.org/10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7)

1. Capitalismo Neoliberal. 2. Desigualdades. 3. Violência. I. França, Rosilene Marques Sobrinho de. II. Cadete, Adjaimé de Freitas.

CDD: 306.342

Bibliotecária: Fabíola Nunes Brasilino - CRB 3/1014



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



Coedição:

LESTU EDITORA CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 37.361.030/0001-33

Rua Olavo Bilac, 1951 • Teresina-PI



Editora: Ana Kelma Cunha Gallas



CIENTIFICISMO E NEGACIONISMO NO ATIVISMO ANTIGÊNERO DO OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA

Ana Kelma Cunha Gallas
Olívia Cristina Perez

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga o uso de estratégias de *advocacy* pelo Observatório Interamericano de Biopolítica – OIB, organização do terceiro setor que vem atuando como um *think tank* do movimento antigênero no Brasil. O *think tank* tem sido entendido como uma estrutura com fins políticos que possui considerável autonomia organizacional (Xifra, 2005), desempenhando um papel de *advocacy* com a finalidade de influir nas políticas públicas (ENAP, 2020). A *advocacy* tem sido definida, frequentemente, como a capacidade de influenciar decisões nas esferas políticas e legais (Dides, 2004; Machado, 2012; Fragotto, 2017; Espinosa; Queiroz, 2017), se constituindo como um conjunto de ações “estrategicamente definidas e orientadas, que busca promover mudanças em políticas” (Morgado; Gazetto, 2019, p. 7).

Nesse sentido, problematiza-se como o uso de discursos com adornos científicos se constitui uma mudança de paradigma nos movimentos antigêneros contemporâneos. Adota-se como hipótese que o OIB é um think tank antigênero que se utiliza do discurso cientificista para conseguir uma maior penetração nos ambientes considerados laicos, especialmente, em universidades e instituições políticas. As técnicas de análise de conteúdo e de discurso foram utilizadas no tratamento dos dados.

Como um *think tank* especializado nas técnicas de *advocacy*, o Observatório Interamericano de Biopolítica tem se destacado como um dos principais produtores de discursos antigênero no país. Seu acervo de argumentos está bem articulado ao cientificismo, definido como um discurso que se utiliza de adornos científicos para conferir legitimidade a investigações não científicas (Haack, 2012). O cientificismo é frequentemente associado à prática da *advocacy research*, que recebe críticas por fazer uso seletivo de dados e pesquisas para justificar reivindicações sociais.

Criado em 2014 pelo professor católico Felipe Nery Martins Neto, o OIB vem pautando, sistematicamente, debates sobre o gênero em ambientes considerados laicos, como universidades e instituições políticas. Em 2014, pouco antes da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), o Observatório Interamericano de Biopolítica acentuou sua colaboração intelectual junto a deputados conservadores, contra o que foi definido como “ideologia de gênero” (Nascimento, 2017).

A mobilização discursiva atravessou eventos como o Seminário “Gênero, Aborto e Sociedade”, promovido no auditório da Câmara dos Deputados em maio de 2014, com a chancela da Liderança do PSC - Partido Social Cristão. Nesse evento, representantes do OIB defenderam a ideia de que o planejamento familiar, incentivado por grandes ONGs internacionais, é “um

eufemismo para a redução populacional” (Mantovani, 2014). Em 2015, em outro evento, o Seminário de Valorização da Vida, promovido pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), o OIB reforçou o debate contra o aborto.

Nas comissões externas da Câmara Federal e no Congresso Nacional, o OIB tem produzido articulações no sentido de barrar a discussão de gênero nos currículos escolares. Na Câmara, onde tem assento na Comissão Externa de acompanhamento do Ministério da Educação, o OIB participa das discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular. No Congresso, o Observatório Interamericano de Biopolítica tem atuado, principalmente ao lado do Escola Sem Partido, em campanhas contrárias “à inclusão da temática das relações de gênero e sexualidade no Plano Nacional de Educação (PNE) e, posteriormente, em seus congêneres estaduais e municipais” (Miskolci; Pereira, 2019, p.14).

Neste estudo, que se concentra em discutir as estratégias do Observatório Interamericano de Biopolítica na ofensiva antigênero, objetiva-se entender a participação dessa organização no âmbito político brasileiro. Como objetivo secundário, pretende-se investigar os recursos discursivos desenvolvidos pelo OIB no processo de agência nos diversos espaços sociais. As técnicas de análise de conteúdo e de discurso serão utilizadas no tratamento dos dados, contemplando-se o uso ocasional de ferramentas de busca em acervos dispersos na internet.

Os resultados mostraram que neste contexto discursivo, o sintagma “ideologia de gênero” tem sido utilizado de forma recorrente pelo Observatório Interamericano de Biológica para atacar a educação sexual na escola, os direitos reprodutivos e os estudos de gênero.

OIB NO ATIVISMO ANTIGÊNERO

Os ativismos antigênero são um fenômeno persistente e de longa data, repercutindo sobre os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos nas políticas públicas (Cáceres, *et al.*, 2004; Parker; Petchesky; Sember, 2004; Vianna; Carrara; Lacerda, 2008; Facchini; Sívori, 2017; Corrêa, 2018; Butler, 2019). Em muitos países, a agenda progressista vem sendo rebatida pelos setores mais conservadores como uma ameaça às hierarquias políticas, religiosas, sexuais e familiares ontologicamente estabelecidas na sociedade (Parker; Petchesky; Sember, 2004; Machado, 2012; Butler, 2019; Vaggione, 2020). Estudos também vem mostrando como a persistência de um cenário religioso refratário às pautas progressistas e igualitárias está se refletindo num progressivo aumento do ativismo de direita vinculado às organizações cristãs mais conservadoras (Natividade; Oliveira, 2007; Machado, 2012; Colling, 2015; Bracke; Paternotte, 2018; Guadalupe; Carranza, 2020; Czymmeck, 2020).

Em muitos estudos, os movimentos antigualitários e antigênero têm sido interpretados como uma possível resposta a uma intensificação de pautas progressistas, e conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ (Facchini, 2009; Natividade; Oliveira, 2009; Machado, 2012; Carrara, 2012; Butler, 2019; Biroli; Machado; Vaggione, 2020). Estudos mostram, ainda, que a ascensão das representações religiosas às instâncias decisórias de poder vem se refletindo em um cenário político mais conservador e penetrado pela moral religiosa, o que vem dificultando a implementação de políticas públicas que favoreçam os direitos das minorias sexuais e de gênero no Brasil (Vianna; Carrara; Lacerda, 2008; Mikolsci; Campana, 2017; Natividade; Oliveira, 2018; Castro Gomes; Faulhaber, 2020). Estudos recentes,

no entanto, apontam que não se pode entender as mobilizações antigênero como ideologicamente homogêneas, uma vez que os atores envolvidos nesses movimentos possuem diferentes agendas, retóricas e repertórios de ação (Apple, 2011; Coutinho, 2014; Moll, 2015; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Serrano, 2021).

Estudos sobre as estratégias de ação coletiva e as dinâmicas políticas envolvidas na ofensiva antigênero também não são recentes, mas têm evidenciado, sobretudo, o papel do ativismo religioso (Natividade; Oliveira, 2007; Machado, 2012; Colling, 2015; Bracke; Paternotte, 2018; Guadalupe; Carranza, 2020; Czymmeck, 2020), secundarizando a atuação de setores mais liberais nesses movimentos. Fenômeno pouco estudado, as organizações *think tank*, como Observatório Interamericano de Biopolítica, produzem discursos mais alinhados à lógica cientificista, o que aponta para uma mudança estratégica dos movimentos antigênero.

No Debate sobre Identidade de Gênero na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), ocorrido em setembro de 2014, Felipe Nery evoca o preceito da racionalidade científica para sustentar seus argumentos sobre a ameaça da discussão de gênero na escola: “Mesmo que não acreditem nas nossas palavras, observem os fatos e as evidências; que possam realmente ver através dos próprios documentos, estudar e verificar que, o que estamos apresentando aqui, de fato é uma realidade” (Nery, 2014b). Para Nery, embora possa parecer que existam duas posições distintas, antagônicas e igualmente válidas, apenas uma realidade é verificável: a existência de dois sexos, o masculino e o feminino. Assim, na perspectiva de Nery, a questão das identidades de gênero são uma forma de

esquizofrenia, uma vez que sexo e gênero são entendidos como instâncias distintas em um sujeito:

É possível você dizer que o que falamos é absurdo; que nós somos preconceituosos, fundamentalistas e que temos apenas uma divergência de opiniões. Não senhores, o que nós estamos pretendendo aqui é informar de que nós temos uma doença na sociedade (...). Há uma doença e queremos apontar os seus fatores, as suas razões, seus instrumentos e aqueles que estão implementando essa questão (...). Se qualquer pessoa pensasse que gênero é masculino e feminino, estaria perfeito, ótimo, né? Na verdade, a palavra não deveria ser gênero e, sim, sexo masculino e feminino. Mas se fosse isso estaria muito bem. O problema é que esta palavra foi raptada. O sentido das palavras tem sido raptado. Já faz muito tempo. E aqui é a questão. Há uma guerra de linguagem (Nery, 2014b).

O argumento sobre a necessidade de evidências biológicas para se discutir gênero tem sido recorrente nos discursos do OIB. Convidado pelo programa Domingo Espetacular, da TV Record, para tratar do “drama de quem se arrependeu de mudar de sexo”, Felipe Nery argumentou que: “Existe a biologia, e a biologia é o teu sexo, a tua anatomia. Só que gênero é a forma como você se vê, como você se compreende. Porém, você não tem como desvincular a biologia. Nós temos um corpo, temos hormônios” (Nery, 2018).

Em 2016, o Observatório Interamericano de Biopolítica, debateu amplamente o caso de David Reimer³, para desencorajar pessoas trans a fazerem cirurgias de redesignação sexual, e para defender a imutabilidade do sexo e da construção da categoria de gênero associada à definição da condição transexual⁴.

Nos argumentos antigênero adotados por organizações como o OIB, as teorias de gênero são entendidas como ideológicas e desconectadas das, supostamente, “inquestionáveis

descobertas das ciências naturais, especialmente de estudos biológicos, médicos e psicológicos”, mais alinhados às ideias essencialistas (Paternotte; Kuhar, 2017, p.6). Dentro dessa lógica, as teorias de gênero passaram a ser interpretadas como uma engenharia social perversa na qual “homens já não são masculinos e as mulheres já não são femininas” (Kuhar; Zobec, 2017, p.36). Nesse âmbito, os discursos antigênero parecem resgatar conceitos já abandonados no âmbito científico como o determinismo biológico, reduzindo a discussão conceitual sobre gênero e sexo, a uma perspectiva biologizante.

Em diversos países, a ofensiva antigênero tem ocupado o espaço jornalístico e acadêmico, publicando artigos que retomam o debate essencialista, desqualificando não só os estudos de gênero, mas a própria legitimidade dos LGBTQIA+:

Esses artigos afirmam que os estudos de gênero não são científicos, mas uma espécie de crença ideológica ou religiosa, uma vez que a própria noção de gênero negaria qualquer evidência científica (como em biologia, medicina, química ou teoria da evolução). Com base nisso, os estudos de gênero são acusados de ser uma nova forma de criacionismo (Kuhar; Paternotte, 2017, p.111).

Segundo os autores, esse argumento se apoia em uma noção abertamente estreita, positivista e exclusivamente experimental do conhecimento científico. A noção de “natureza” apresentada nesses discursos traz uma interpretação hegemônica e ingênua da biologia como ontologia, entendendo que entidades naturais, como genes, hormônios ou neurônios,

determinam todas as dinâmicas sociais (Kuhar; Paternotte, 2017). Em uma perspectiva semelhante, o Observatório Interamericano de Biopolítica tem praticado o enquadramento dicotômico da discussão de gênero, colocando a natureza como

um parâmetro estável diante das contingências, incertezas e pluralismos da sociedade contemporânea, que o gênero parece representar.

Na matéria da TV Record, Felipe Nery diz que políticas públicas voltadas para atender populações LGBTQIA+, como o processo transexualizador, foram implementadas com a finalidade de promover uma nova sociedade, mas acabaram por fomentar a sua própria destruição: “Qual o problema que as pessoas não entendem? É o seguinte: existem pilares da sociedade. Quais são os pilares? Vida e família são dois deles. São esses dois pilares que sustentam a sociedade, e que muitos desses organismos querem desconstruir” (NERY, 2018). A discriminação sexual, tendo como base as diferenças biológicas inatas, não foram completamente superadas, sendo constantemente retomadas em livros, revistas e até em artigos científicos. No centro deste debate, o neurosexismo defende diferenças biológicas inatas entre o cérebro masculino e feminino, contribuindo para reforçar ou justificar estereótipos de gênero amplamente difundidos pelo senso comum (Fine, 2010).

O que as pessoas querem dizer quando dizem existir diferenças de gênero inerentes, ou que os dois sexos são programados para serem mais adequados a diferentes papéis e ocupações? Como observa a neurocientista Giordana Grossi, essas frases prontamente usadas, “juntamente com a contínua referências aos hormônios sexuais, evocam imagens de estabilidade e imutabilidade: mulheres e homens comportam-se de maneira diferente porque seus cérebros são estruturados de maneira diferente”. Leitores ávidos de ciência popular, livros e artigos sobre gênero, podem muito bem ter dado a impressão de que a ciência mostrou que o caminho para um cérebro masculino ou feminino é definido no útero, e que esses cérebros estruturados de forma diferente criam mentes essencialmente diferentes (Fine, 2010, p. 18).

As implicações dos estudos neurosexuais sobre as diferenças cognitivas entre homens e mulheres não se reduzem apenas às políticas educacionais. Os rebatimentos podem ser sentidos em diferentes contextos sociais, como nas instâncias profissionais, onde as mulheres costumam ocupar posições rebaixadas em razão do gênero.

CIENTIFICISMO E *ADVOCACY RESEARCH* COMO RECURSO DISCURSIVO

Conforme constatamos, táticas científicistas são utilizadas frequentemente para persuadir o público e os formuladores de políticas sobre a gravidade de determinados temas sociais. Como um *think tank* científicista que atua no ativismo antigênero, o Observatório Interamericano de Biopolítica tem adotado, entre outros recursos, a prática do *advocacy research*. Tipo de investigação empírica de problemas sociais utilizada por “pessoas profundamente preocupadas com esses problemas” (GILBERT, 1997, p.101), o *advocacy research* produz relatórios não revisados por pares que servem a determinados objetivos na política (Weitzer, 2010).

Em seu estudo, Gilbert (1997) enumera as táticas mais recorrentes de *advocacy research*: 1) definir um problema de maneira tão amplo que abranja quase todas as dificuldades humanas; 2) generalizar um problema que afeta apenas a um grupo; 3) utilizar uma variedade de estudos e relatórios menos relevantes, como “um bloco cumulativo de evidências em apoio aos achados”; 4) alegar a validade dos achados por meio de sua publicação em periódicos profissionais (Gilbert, 1997, p. 123).

No âmbito das comissões externas, organizações como o OIB tem apresentado dados alarmantes para chamar a atenção

dos formuladores de políticas públicas ou fazer avançar suas agendas políticas a respeito de temas controversos. Em meio as estratégias adotadas pelo OIB, as pesquisas de *advocacy* ocupam um lugar de prestígio. Números chocantes, resultados exagerados ou estimativas altamente inflacionadas sobre temas sensíveis, como estupro e aborto, são usadas para modelar uma política social ou catalisar a opinião pública. “Esses números chocantes são captados e amplificados pela mídia, alertando o público a um ponto às vezes descrito como ‘pânico moral’” (Gilbert, 1997, p.104).

O “efeito em espiral”, descrito por Jock Young, em 1971 (Thompson, 1998, p. 7), refere-se à confluência entre os meios de comunicação, a opinião pública, os grupos de pressão e os políticos (Machado, 2004, p. 60), acerca de temas sociais considerados ameaçadores ou preocupantes. Em seu estudo basilar sobre pânico moral, Cohen (1987) observa que uma condição, episódio, pessoa ou grupo definido como uma ameaça aos valores e interesses sociais, é apresentado de uma maneira estilizada e estereotipada. Nos desdobramentos do processo, barricadas morais são erguidas e fortalecidas, enquanto peritos socialmente reconhecidos são chamados a se pronunciarem, emitindo diagnósticos e soluções (Cohen, 2011, p. 9).

Cohen adverte que, embora os fatos, em si, possam ter sido exagerados em comparação com outros problemas mais graves, chamar algo de “pânico moral” não implica que algo não existe ou não aconteceu ou mesmo que essa reação seja baseada em fantasia, histeria, delírio e ilusão: “esta rotulagem deriva de uma recusa deliberada por parte de liberais, radicais e esquerdistas de levar a sério as ansiedades públicas” (Cohen, 2011, p.8).

Como outras organizações antigênero no mundo, o dispositivo utilizado para desencadear o pânico moral tem sido

a “ideologia de gênero”, espinha dorsal de muitas fórmulas discursivas. A ideia de que há um mal, enganosamente inocente ou difícil de reconhecer, que vem destruindo as estruturas sociais, é utilizado como argumento para a necessidade de especialistas credenciados, que devem explicar os perigos escondidos atrás do que é entendido como superficialmente inofensivo (Cohen, 2011, p.8-9).

Na participação do OIB na Audiência Pública intitulada “ideologia de gênero na legislação brasileira”, ocorrida na Câmara dos Deputados em 18/08/2014, Nery evoca essa perspectiva ao associar a discussão de gênero na escola a uma estratégia insidiosa e traiçoeira:

Nós assistimos a tentativa de se colocar esta ideologia dentro do Plano Nacional de Educação. (...). Eles pretendiam, através do Plano Nacional de Educação, colocar um cavalo de Troia, vamos dizer assim, um presente de grego. Essa ideologia, muito pelo contrário, é uma tentativa de se retirar toda e qualquer fala sobre família. Por quê? Porque família, segundo esses ideólogos, é por si mesmo discriminatória, ter um pai e uma mãe, e isso, escrito por eles (Nery, 2014a).

Considerada “destrutiva, obscurantista, antissocial, antipopular” (Kuhar; Paternotte, 2017, p. 9), a ideologia de gênero tem funcionado como um termo guarda-chuva que pode “ser moldado de diferentes maneiras para se adequar ao objetivo concreto de um protesto político” (Kuhar; Zobec, 2017, p. 31). Esse significativo vazio (Mayer; Sauer, 2017) ou cola simbólica (Kováts; Põim, 2015) vem conectando os diversos ativismos antiaborto, antifeministas e contrários às conquistas dos LGBTQIA+. Em muitos países, o arsenal discursivo da “ideologia de gênero” tem sido usado tanto por lideranças religiosas como por políticos mais à direita (Cáceres, 2004; Junqueira, 2017;

Paternotte; Kuhar, 2018; Prado; Correa, 2018; Correa, 2021; Biroli; Machado; Vaggione, 2020; Serrano, 2021).

Os movimentos antigênero têm se mostrado cada vez mais transnacionais, compartilhando, sobretudo, “discursos, estratégias e modos de ação através das fronteiras” (Paternotte; Kuhar, 2018, p. 506). Uma vez que a ação coletiva visa atingir a objetivos partilhados por seus grupos de interesse (Melluci, 1989; Diani; Lindsay; Purdue, 2010), a comunicação ganha relevância em meio ao arsenal de estratégias de *advocacy* antigênero adotada por essas organizações. Os esforços de *advocacy* visam mobilizar a adesão do público para que este “coloque pressão sobre o processo de formulação de políticas” (Pathfinder, 2011, p.2).

Em suma, este estudo mostra que as estratégias discursivas adotadas pelo Observatório Interamericano de Biólítica se articulam com outras formas de oposição à igualdade sexual e de gênero em circulação no Brasil. Como discurso, estratégia e fenômeno social, a ideologia de gênero tem sido utilizada de forma recorrente nas palestras promovidas pelo OIB, se constituindo, sobretudo, em ataque à educação sexual na escola, aos direitos reprodutivos, e aos estudos de gênero. Os valores tradicionais, como o familismo, são evocados de forma nacionalista, ao se afirmar, por exemplo, que a família é a base da nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição do OIB tem sido, primordialmente, conceitual, sendo presença frequente em eventos realizados dentro de instituições políticas para debater o tema. Nesse sentido, observa-se que a organização se aproveitou estrategicamente da virada conservadora nas instituições políticas, tornando-

se, especialmente, após 2014, um articulador da mobilização antigênero na câmara e no congresso. Nesses espaços, o uso recorrente do sintagma “ideologia de gênero” para contrapor-se às agendas feministas e dos LGBTQIA+, tem repercutido, sobretudo, nos debates sobre os planos de educação do Brasil. Embora seja constituído por um grupo de intelectuais católicos, o OIB adotou uma retórica cientificista para se contrapor às pautas antigualitárias no âmbito político, aspirando mudar os significados de termos-chave para as lutas igualitárias. O gênero é entendido como uma aberração antinatural ou concepção ideológica que ameaça a ordem social ou a própria sobrevivência da humanidade.

Nessa arena de disputas discursivas, cabe investigar, ainda, de que forma o Observatório Interamericano de Biopolítica se conecta aos movimentos internacionais antigênero, uma vez que faz uso de um repertório comum. Entre os recursos utilizados, está a mobilização da opinião pública por meio dos mesmos temas desencadeadores do pânico moral, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a interrupção voluntária da gravidez. No campo político, sobretudo, o OIB tem se dedicado a influenciar o debate parlamentar sobre o direito ao aborto, repercutindo, ainda que de forma latente, entre políticos reconhecidos como liberais.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia:** disputas e retrocessos na América Latina. Boitempo Editorial, 2020.

BRACKE, Sara; PATERNOTTE, David (ed.). **Habemus género, la Iglesia Católica e ideología de género: textos seleccionados**. Rio de Janeiro: Asociación Brasileira Interdisciplinar de SIDA: Observatorio de Sexualidad y Política, 2018. p. 4-7. Disponível em: <http://www.sxpolitics.org>.

BUTLER, Judith. Ideologia anti-gênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. **Debates do NER**, v. 2, n. 36, p. 219-235, 2019.

CÁCERES, Carlos F. et al (orgs). **Ciudadanía Sexual en América Latina: Abriendo el Debate**. Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004.

CARRARA, Sergio. *Discrimination, policies, and sexual rights in Brazil*. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 184-189, Jan. 2012

CASTRO GOMES, Carla de; FAULHABER, Clara. *Políticas antigênero en américa latina: brasil-¿ la catástrofe perfecta?*. In: CORRÊA, Sonia; KALIL, Isabela (orgs). **Política Antigênero en América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política, ABIA, 2020. Disponível em: [https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook- Brasil%2020200204.pdf](https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf). Acesso em: 17 nov. 2021.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics**. Routledge, 2011.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer**. Edufba, 2015.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, 2018. CZYMMECK, Anja. Prefácio. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. (Orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

DIANI, Mario; LINDSAY, Isobel; PURDUE, Derrick. *Sustained interactions? Social movements and coalitions in local settings*. **Strategic alliances: Coalition building and social movements**, p. 219-38, 2010.

DIDES, Claudia. *Aproximaciones a los debates públicos sobre sexualidad y reproducción: aprendizajes sobre la introducción de anticoncepción de emergencia en Chile*. in: Cáceres, Carlos F.; et al. **Ciudadanía Sexual en América Latina: Abriendo el Debate**. Universidad Peruana Cayetano Heredia, 2004.

DUARTE, Raoni Mauricio da Fonseca Lemos. **Discurso e mudança institucional: a atuação dos empreendedores em políticas públicas**. 2019.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. **Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido**. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 49-62, 2017.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, 2009.

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, 2017.

FINE, Cordelia. **Delusions of gender: How our minds, society, and neurosexism create difference**. New York: W.W. Norton, 2010.

GILBERT, Neil. *Advocacy research and social policy*. **Crime and justice**, v. 22, p. 101-148, 1997.

GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda. (Orgs). **Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

HAACK, Susan. Seis sinais de cientificismo. **Logos & Episteme**, v. 3, n. 1, p. 75-95, 2012. JENKINS-SMITH, Hank C.; SABATIER, Paul A. *Evaluating the advocacy coalition framework*. **Journal of public policy**, v. 14, n. 2, p. 175-203, 1994.

KOVÁTS, E.; PÕIM, M. (Eds.). **Gender as Symbolic Glue: The Position and Role of Conservative and Far Right Parties in the Anti-Gender Mobilizations in Europe**. Budapest: FEPS and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (Ed.). **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing against equality**. Rowman & Littlefield, 2017.

KUHAR, Roman; ZOBEC, Aleš. The anti-gender movement in Europe and the educational process in public schools. **CEPS Journal**, v. 7, n. 2, p. 29-46, 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, v. 32, p. 29-56, 2012.

MACHADO, Carla. Pânico moral: para uma revisão do conceito. **Interações: Sociedade e as novas modernidades**, n. 7, pp. 60-80, 2004.

MAYER, S.; SAUER, B. Gender ideology” in Austria: Coalitions around an empty signifier. In: KUHAR, R.; PATERNOTTE, D. (Eds.), **Anti-gender campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality** (pp.23– 40). New York, London: Rowman & Littlefield International, 2017.

MANTOVANI, Isabella. Elaboração das Estatísticas de Aborto no mundo. In: **Seminário Gênero, Aborto e Sociedade**. Câmara dos Deputados – DF. 27 de maio de 2014. Disponível em: <https://youtu.be/-DtJQtnB-qc>, acesso em 20 jan 2022.

McADAM, D.; TARROW, S. e TILLY, C. **Para Mapear o confronto político**. Lua Nova, São Paulo, 2006

MELLO, Luiz. Familismo (anti) homossexual e regulação da cidadania no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, p. 497-508, 2006.

MELLUCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49- 66, jun. 1989

MIKOLSKI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral

contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 32, n o 3, setembro/dezembro 2017, pp.723-745.

MISKOLCI, Richard; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019.

NASCIMENTO, L. Qual ideologia de gênero? **Albuquerque: revista de história**, v. 7, n. 13, p. 85-100, 28 jan. 2017.

NATIVIDADE, Marcelo; DE OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia (s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 2, p. 121-161, 2009.

NERY, Felipe. **Audiência Pública “ideologia de gênero na legislação brasileira”**. Câmara dos Deputados em 18/08/2014. Disponível em: <https://youtu.be/NO51AdsCPJO>. 2014a.

NERY, Felipe. **Debate sobre Identidade de Gêneros**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 15/9/14. Disponível em: <https://youtu.be/pwchUBpF5HQ>. 2014b.

NERY, Felipe. **Domingo Espetacular conta o drama de quem se arrependeu de mudar de sexo**. 23 de set. de 2018. Disponível em: <https://youtu.be/ZEM-fccs7kM>

OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA. **Quem somos**. [s/d]. Disponível em: <<http://biopolitica.com.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 10 jan 2022.

OBSERVATÓRIO INTERAMERICANO DE BIOPOLÍTICA. **Você já ouviu falar sobre a ideologia de gênero?** 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20171215084032/http://biopolitica.com.br:80/images/CARTILH A-ContraldeologiaDeGenero-2015.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2022.

PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert. **SexPolitics Reports from the Front Lines.** 2004.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. *Disentangling and locating the “global right”: Anti- gender campaigns in Europe.* **Politics and Governance**, v. 6, n. 3, p. 6-19, 2018.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. The anti-gender movement in comparative perspective. In: KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David (org.). **Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing against Equality.** London: Rowman & Littlefield Internacional Ltda, p. 253- 276, 2017.

PATHFINDER INTERNATIONAL. **Assessing the Political Environment for Advocacy.** 2011.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

SERRANO, Fernando. Políticas antigênero na américa latina: um olhar panorâmico. Políticas antigênero na América Latina. In: CORREA, Sonia (org.). **Políticas antigênero na América Latina** [livro eletrônico]: resumos dos estudos de casos. 1. ed. Rio de

Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinas de Aids - ABIA, 2021.

VAGGIONE, Juan et al. Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. Boitempo Editorial, 2020.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual. In: **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. 2004.

WEITZER, Ronald. The mythology of prostitution: Advocacy research and public policy. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 7, n. 1, p. 15-29, 2010.

XIFRA, Jordi et al. *Los think tank y advocacy tank como actores de la comunicación política*.

Anàlisi: quaderns de comunicació i cultura, p. 73-91, 2005.



“Este livro resultado de uma potente parceria que reúne esforços e sintonia em torno do debate sobre as “reformas” neoliberais, as desigualdades, violências e seus desdobramentos junto à família e seus membros. Necessita ser lido com urgência, posto que a ofensiva ao Estado Democrático de Direitos e às conquistas da nossa classe parecem terem fincado os pés no país. Mais do que nunca é chegada a hora de aumentar a vigilância e reafirmar os princípios ético-políticos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça social. O livro nos arma para a permanente e intensa disputa no interior da sociedade e do Estado”.

Juliana Iglesias Melim
*Professora adjunta da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES)*

